

**PROJETO DE LEI Nº 043 / 2023**

**EMENTA: "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER À DOAÇÃO DE TERRENO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, A EMPRESA – LUCIANO PACHECO BARBOSA - ME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE TIMBAÚBA, ESTADO DE PERNAMBUCO**, faz saber, em cumprimento ao disposto na Lei Orgânica do Município, submete a análise da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte projeto de LEI:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a doação, em favor da empresa **LUCIANO PACHECO BARBOSA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.977.062/0001-71, de um terreno do patrimônio público municipal, qual seja **LOTE – 05A**, da, **QUADRA – "C"**, integrante do **Loteamento Sapucaia, Timbaúba-PE**, com as dimensões constantes do artigo seguinte.

**Art. 2º.** O imóvel descrito no artigo anterior destinar-se-á exclusivamente a implantação empresa **LUCIANO PACHECO BARBOSA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.977.062/0001-71, voltado a comercialização de venda de autopeças e serviços automotivos.

**Art. 3º.** A empresa donatária tem o prazo de 01 (um) ano para comprovar perante o poder público municipal a completa instalação e funcionamento da referida unidade de obras e alvenaria.

**Parágrafo único:** Esgotado o prazo mencionado no caput do artigo sem a efetiva utilização da área para a finalidade descrita no art. 2º, será o terreno revertido para patrimônio público municipal.

**Art. 4º.** A empresa donatária não poderá dar destinação diferente ou alienar o terreno antes do decurso do período de 10 (dez) anos a contar da vigência da presente Lei.

**Parágrafo único:** Caso o donatário necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento, a reversão estabelecida no art. 3º e a obrigação estabelecida no Art. 4º, da

presente lei, serão garantidas por hipoteca em segundo grau, em favor do Município doador, a ser transcrita no Registro de imóveis competente.

**Art. 5º.** A presente Lei será transcrita integralmente na escritura de Doação.

**Parágrafo único:** As despesas decorrentes da escrituração e registro do imóvel que ora autoriza doar, correrão por conta da donatária.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Timbaúba/PE, 18 de dezembro de 2023.

MARINALDO

ROSENDO DE

ALBUQUERQUE:4

0806022434

Assinado de forma digital por  
MARINALDO ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:40806022434  
Dados: 2023.12.18 09:14:59  
-03'00'

**MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE**

**Prefeito Municipal**

## JUSTIFICATIVA

Excelentíssima Senhora

Vereador(a) Marileide Rosendo de Albuquerque

Presidente em Exercício da Câmara Municipal de Timbaúba.

Temos a honra de submeter para deliberação e apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, Projeto de Lei que AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER À DOAÇÃO DE TERRENO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, A EMPRESA – LUCIANO PACHECO BARBOSA - ME, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Desta feita, visa a presente propositura obter autorização legislação para proceder à doação de um terreno para a construção de uma nova empresa, com investimentos para construir um estabelecimento voltando a comercialização atacadista de autopeças e serviços automotivos, razão pela qual várias vagas de emprego serão geradas, tanto na sua construção com a mão de obras qualificada, como também, na sua operacionalização quando inaugurada, promove assim o desenvolvimento econômico por meio da distribuição de renda, inclusive arrecadação de impostos para o município.

A iniciativa objetiva conforme proposição da empresa, a construção de seu novo empreendimento no prazo de 01 ano, aliado a determinação de serem empregados, preferencialmente, pessoas domiciliadas no Município de Timbaúba.

Pelo exposto, sendo o que se apresenta para o momento, valho-me do ensejo para reiterar a Vossa Excelência e Excelentíssimo Pares meu protesto de estima e apreço, requerendo que a propositura em tela tramite em regime de URGÊNCIA nos termos do artigo 105º do Regimento Interno da Câmara, e seja transformada em Lei por esse Colendo Legislativo.

Aproveitamos o ensejo para externar a Vossa Excelência nossos protestos de elevada estima e apreço. Atenciosamente,

MARINALDO  
ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:408  
06022434

Assinado de forma digital por  
MARINALDO ROSENDO DE  
ALBUQUERQUE:40806022434  
Dados: 2023.12.18 09:15:34  
-03'00'

**MARINALDO ROSENDO DE ALBUQUERQUE**  
Prefeito Municipal





# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

#### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER FAVORAVEL:**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER À DOAÇÃO DE TERRENO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, A EMPRESA – LUCIANO PACHECO BARBOSA - ME E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

#### **1- RELATÓRIO**

Vem à apreciação desta Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Timbaúba, Estado de Pernambuco, o Projeto de Lei nº 043/2023, de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal, que autoriza o poder Executivo Municipal a proceder à doação de terreno do patrimônio público, a empresa – Luciano Pacheco Barbosa - ME e dá outras providências e dá outras providências.

#### **2- ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO**

Para aprovação de projeto de lei, é imperativo examinar sua conformidade com a legalidade e se de fato a matéria proposta é constitucional. Nesse contexto, é essencial avaliar se os parâmetros delineados pela Constituição Federal de 1988 para os municípios foram observados, se a devida ordem legal para a proposição de projetos de lei foi seguida e se a matéria proposta não infringe direitos fundamentais ou instituições protegidas por normas ou princípios constitucionais.

De início vale-se destacar a competência que a Constituição Federal atribui aos municípios legislar acerca de normas com temáticas de interesse local, conferindo, portanto, competência para tratar de assuntos no que diz respeito à doação e desapropriação de área pública, desde que atenda ao interesse do município. Vejamos o que dispõe o art.30, inciso I CF:



# **CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**

## **PERNAMBUCO**

### **CASA DR. MANOEL BORBA**

---

**Art. 30.** *Compete aos Municípios:*

*I - Legislar sobre assuntos de interesse local;*

*(...)*

O Código Civil Brasileiro também respalda tal competência, vejamos:

**Art. 98.** *São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.*

**Art. 99.** *São bens públicos:*

*I – Bens de uso comum do povo: mares, rios, estradas, ruas, praças;*

*II – Bens de uso especial: edifícios ou terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento Federal, Estadual ou Municipal, inclusive de suas autarquias (ex. hospitais e escolas);*

*III – Bens dominiais: que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.*

*(...)*

Com base na norma constitucional e infra constitucional anteriormente mencionada, conclui-se que o Sr. Prefeito detém competência para apresentação do atual Projeto de Lei, que trata da doação de lote de terrenos da Prefeitura Municipal de Timbaúba, isto é, áreas públicas.

No que tange à doação de bens públicos, está sujeita aos princípios regentes da administração pública, conforme delineado no art. 37 da Constituição Federal. Estes princípios incluem a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Sendo, portanto, legalmente admissível a doação, desde que esteja em conformidade com os critérios estabelecidos no texto constitucional:

**Art. 37.** *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito*



**CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA**  
**PERNAMBUCO**  
**CASA DR. MANOEL BORBA**

*Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

(...)

Com base no exposto, conclui-se que a doação, é um processo legal, regulamentado pela Norma Máxima e legislação infra constitucional, visando atender os interesses coletivos unido a proteção dos direitos individuais, observados o interesse social, ambas devem ser realizadas em consonâncias aos princípios constitucionais.

Assim, vislumbra-se que não existe nenhum óbice jurídico para a doação e desapropriação dos referidos lotes de terrenos para fins apontados no Projeto de Lei nº 043/2023.

### **3- CONCLUSÃO**

Em consonância com a presente exposição, opinamos pela viabilidade da continuidade de tramitação do Projeto de Lei nº 043/2023, uma vez que inexistente óbice legal ou constitucional à sua apreciação pelo Plenário.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Timbaúba, em 26 de dezembro de 2023.

  
**Ver. Marcos Antônio Ferreira**

  
**Ver. Felipe Gomes Ferreira Lima**

  
**Ver. José Bernardo de Farias**